



**COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP**  
**S/A CAPITAL FECHADO**  
**CNPJ Nº 01.377.555/0001-10**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2021**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2021**  
**RELATÓRIO DA DIRETORIA**  
**SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito na Companhia neste período;  
O ano de 2021 foi marcado pela segunda onda da Covid-19 que ocasionou na continuação das medidas de isolamento social, afetando assim a economia que cresceu o suficiente apenas para compensar a queda ocorrida em 2020;  
Outro fato marcante foi a crise Hídrica, a, pior em 90 anos, e para enfrentá-la, o Governo Federal criou a Bandeira de Restrição Hídrica, para ter os recursos necessários para o despacho das Usinas Termoelétricas e implantou um programa de redução voluntária no consumo de energia elétrica, medidas estas que se por um lado evitaram um racionamento da energia elétrica, por outro lado afetaram o mercado da CHESP como pode ser observado nos quadros abaixo;

**Desempenho Operacional - Mercado Consumidor:**

Consumidores	2020	2021	Var.%
Residencial	29.541	30.181	2,2
Comercial	3.297	3.362	2,0
Industrial	70	64	-8,6
Rural	4.692	4.672	-0,4
Poderes Públicos	468	469	0,2
Iluminação Pública	31	10	-67,7
Serviço Público	65	66	1,5
Consumo próprio	11	11	-
<b>Total</b>	<b>38.175</b>	<b>38.835</b>	<b>1,7</b>

O índice de perdas em 2021 foi de 9,36%, melhor índice da história da Companhia (2020:9,09%);

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC foi de 10,35 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor - FEC foi 6,96 vezes;

Em 2021 os investimentos foram na ordem de R\$ 4,69 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros;

Os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição continuaram certificados conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001, versão 2015;

A CHESP apoiou por meio da Lei de Incentivo à Cultura e Lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), os Projetos: "Invenções Dramatúrgicas II - Núcleo de Dramaturgia Novo Ato", projeto de pesquisa e criação dramatúrgica de um livro com dois monólogos, uma minissérie, um roteiro de cinema dividido em três partes e uma peça de teatro; e "Dodance - Mostra Cultural de Dança", de Rialma/GO, projeto com o objetivo de produzir trabalhos de arte utilizando a dança como sua fonte de referência, patrocinou também com uniformes, a equipe de mountain bike própria dos colaboradores da CHESP;

**Agradecimentos:**

Aos nossos acionistas, consumidores, fornecedores, agradecemos mais uma vez a confiança. Aos nossos colaboradores, agradecemos por se dedicarem imensamente a uma atividade essencial para todos - a distribuição de energia elétrica;

Em 2022, continuaremos focados na geração de valor para todos os acionistas, sempre atuando de forma sustentável, agregando valor para todos os fornecedores, comunidades onde atuamos e principalmente todos consumidores e colaboradores.

Ceres, 31 de dezembro de 2021.  
Ricardo de Pina Martin  
Diretor Presidente

**Redução nº consumidores iluminação pública:** de acordo com o Art. 467 da REN 1000, os pontos de iluminação pública sem medição foram agregados e considerados como uma única unidade consumidora por município;

Mercado atendido	2020	2021	Var.%
<b>Fornecimento - MWh</b>			
Residencial	52.251	53.059	1,5
Comercial	23.418	23.656	1,0
Industrial	11.501	9.984	-13,2
Rural	21.287	22.934	7,7
Poderes públicos	4.627	4.677	1,1
Iluminação pública	5.327	5.007	-6,0
Serviço público	4.362	4.589	-7,5
Consumo próprio	186	183	-1,6
<b>Total - Mercado cativo</b>	<b>123.559</b>	<b>124.089</b>	<b>0,4</b>
<b>Cientes livres</b>	<b>6.667</b>	<b>7.656</b>	<b>11,5</b>

Balanco Energético - Energia requerida - MWh	2020	2021	Var.%
<b>Venda de energia</b>	<b>123.559</b>	<b>124.089</b>	<b>0,4</b>
Fornecimento	123.559	124.089	0,4
Total de energia injetada	143.937	147.669	2,6
Perdas Rede de Distribuição (kWh) E. Consumida	13.078	13.816	5,6
Perdas rede de distribuição %	9,09	9,36	3,0

Diante deste cenário desafiador, continuamos nossa política de enfrentamento à Covid-19, priorizando a saúde e a integridade dos nossos colaboradores e conseguimos mais uma vez cumprir com nossa missão de fornecer energia elétrica à população, seguindo os protocolos de saúde, e com forte compromisso na área de sustentabilidade;

**BALANÇO SOCIAL:**

1 - BASE DE CÁLCULO	2021	2020
1.1 - Receita Líquida (RL)	76.044	62.658
1.2 - Resultado Operacional (RO)	1.592	6.193
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	6.185	5.802

2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
	73	1,18%	0,10%	211	3,64%	0,34%
2.5 - Gratificação de Férias	158	2,55%	0,21%	171	2,95%	0,27%
2.6 - Outros Benefícios	111	1,79%	0,15%	122	2,10%	0,19%
	1.823	29,47%	2,40%	1.728	29,78%	2,76%

**2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS**

	2021			2020		
	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
2.1 - Alimentação	1.060	17,14%	1,39%	1.015	17,49%	1,62%
2.2 - Saúde	385	6,22%	0,51%	189	3,26%	0,30%
2.3 - Educação	36	0,58%	0,05%	20	0,34%	0,03%

**3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS**

	% sobre RO		RL	% sobre RO		RL
3.1 - Tributos	34.035	2137,88%	44,76%	27.596	445,60%	44,04%
	<b>34.035</b>	<b>2137,88%</b>	<b>44,76%</b>	<b>27.596</b>	<b>445,60%</b>	<b>44,04%</b>

**4 - CORPO FUNCIONAL**

	2021	2020
4.1 - Nº Empregados ao Final do exercício	117	122
4.2 - Escolaridade dos empregados:		
Superior com extensão universitária	33	36
Ensino Médio	76	80
Ensino Fundamental	5	3
Outros	3	3
4.3 - Faixa etária dos empregados:		
Abaixo de 30 anos	22	24
de 30 até 45 anos	56	61
acima de 45 anos	39	37
4.4 - Nº Admissões durante o exercício	8	12
4.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa	24	25
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)	8,0	8,0
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)	12,5	12,5
4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa	3,0	3,0
4.7 - Aposentadoria	1	5
4.8 - Portadores de deficiência física	3	3
4.9 - Dependentes (ir) dos empregados	140	176
4.10 - Estagiários	2	1
4.11 - Relação entre a maior e menor remuneração	11,08	8,26
4.12 - Acidente de Trabalho sem afastamento	0	0
4.13 - Acidente de Trabalho com afastamento	1	3

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):	<b>64.366</b>			<b>52.584</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	83,34% governo	12,79% colaboradores	3,26% acionistas	75,66% governo	15,28% colaboradores	4,08% acionistas
	1,71% terceiros		-1,11% retidos	1,42% terceiros		3,57% retidos

<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020</b> (Valores em milhares de reais)				<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020</b> (Valores em milhares de reais)			
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	Legislação Societária				Legislação Societária		
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.918	14.791	Fornecedores	17	6.721	5.884
Consumidores	5	12.740	11.251	Obrigações sociais e trabalhistas	18	582	881
Concessionárias e permissionárias	6	78	78	Encargos de dívidas		9	12
Depósitos judiciais e cauções	7	1.277	1.035	Tributos	19	2.496	2.375
Subvenção CDE	8	414	433	Provisão litígio trabalhista		0	10
Ativos financeiros setoriais	8	11.098	1.139	Dividendos e juros sobre o capital próprio		484	353
Tributos compensáveis	9	1.352	974	Empréstimos e financiamentos	20	1.635	561
Parcelamentos com órgãos públicos	10	292	919	Obrigações estimadas com pessoal	18	597	608
Parcelamento com consumidores	11	344	252	Encargos setoriais	21	11.929	3.148
Serviços em curso	12	2.538	2.342	Passivos regulatórios	22/23	7.985	5.914
Outros ativos circulantes	13	1.689	655	Outros passivos circulantes		681	454
Almoxarifado operacional		667	512	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>33.118</b>	<b>20.201</b>
Despesas pagas antecipadamente	14	121	97				
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>42.529</b>	<b>34.479</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Empréstimos e financiamentos			
Tributos compensáveis	9	898	555	Provisão para litígios	23	9.902	9.902
Cauções e depósitos vinculados		5.303	78	Passivos financeiros setoriais		608	963
Parcelamento com órgãos públicos	10	574	83	Incentivos fiscais	24	118	118
Parcelamento com consumidores	11	258	350	Outros passivos não circulantes		5	6
Adiantamento incentivos fiscais		12	12	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>20.787</b>	<b>12.293</b>
Outros ativos não circulantes	15	1.668	1.668				
Bens e direitos para uso futuro		1	1	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Ativo financeiro da concessão	16	12.109	5.908	Capital social	25	23.381	23.381
Intangível	16	31.345	30.974	Reservas de capital	25	7.062	6.956
		<b>43.455</b>	<b>36.882</b>	Reservas de lucros	25	10.349	11.275
Total do Ativo Não Circulante		52.168	39.628	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>40.792</b>	<b>41.612</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>94.697</b>	<b>74.107</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>94.697</b>	<b>74.107</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b> <b>EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020</b> (Valores em milhares de reais)				<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b> <b>EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020</b> (Valores em milhares de reais)			
	Legislação Societária				Legislação Societária		
	Nota	2021	2020		2021	2020	
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>				<b>Atividades Operacionais</b>			
Fornecimento de energia elétrica	30	120.052	92.016	Recebimentos de consumidores	111.627	94.250	
Encargos de conexão		329	315	Recebimento uso mútuo postes	649	253	
Outras receitas	30	6.401	5.860	Recebimento CCEE/repasse CDE	4.967	4.498	
		<b>126.782</b>	<b>98.191</b>	Respasse Conta COVID	(183)	5.580	
<b>(-) Deduções da Receita Operacional Bruta</b>				Outros ingressos	908	2.402	
ICMS		(28.584)	(24.078)	Pagamentos a fornecedores	(6.951)	(6.881)	
PIS		(966)	(623)	Pagamentos a pessoal	(11.023)	(10.144)	
COFINS		(4.448)	(2.870)	Pagamentos energia elétrica comprada	(49.097)	(34.831)	
ISS		(36)	(24)	Pagamentos outras despesas	(1.024)	(776)	
Bandeira tarifária		(8.652)	(542)	<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>49.872</b>	<b>54.351</b>	
Taxa de fiscalização		(108)	(102)	Juros pagos	(436)	(155)	
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(7.245)	(6.718)	Tributos	(33.619)	(27.669)	
Pesquisa desenvolvimento e eficiência energética		(698)	(575)	Taxas regulamentares	(9.099)	(8.188)	
		<b>(50.738)</b>	<b>(35.533)</b>	Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(3.773)	(3.754)	
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>30</b>	<b>76.044</b>	<b>62.658</b>	<b>Fluxo de caixa antes item extraordinário</b>	<b>(46.927)</b>	<b>(39.765)</b>	
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>				<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>			
<b>Custo com Energia Elétrica</b>					<b>2.945</b>	<b>14.585</b>	
Energia elétrica comprada para revenda	32	(39.526)	(30.329)	<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Encargos de conexão, transmissão e distribuição		(14.341)	(6.323)	Compra do ativo imobilizado	(10.230)	(3.829)	
<b>Custo de Operação</b>				Juros recebidos	512	4	
Pessoal e administradores		(9.923)	(9.402)	<b>Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(9.719)</b>	<b>(3.824)</b>	
Materiais		(1.347)	(1.093)	<b>Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras</b>			
Serviço de terceiros		(5.730)	(6.187)	Recebido por empréstimos e financiamentos	10.000	-	
Depreciação e amortização		(2.612)	(2.455)	Aplicação financeira de longo prazo	(5.303)	-	
Outras despesas	33	(973)	(675)	Amortização de empréstimos e financiamentos	(827)	(746)	
		<b>(20.586)</b>	<b>(19.812)</b>	Dividendos/juros sobre o capital próprio	(1.970)	(2.696)	
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>1.592</b>	<b>6.193</b>	<b>Caixa líquido consumido nas atividades financeiras</b>	<b>1.900</b>	<b>(3.442)</b>	
Receita de construção da infraestrutura da concessão	35	4.690	5.244	<b>Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa</b>			
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	35	(4.690)	(5.244)	- Saldo da conta caixa no início do exercício	14.791	7.472	
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas</b>		<b>65</b>	<b>(185)</b>	- Saldo da conta caixa no fim do exercício	9.918	14.791	
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>1.657</b>	<b>6.009</b>	<b>Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa</b>	<b>(4.873)</b>	<b>7.319</b>	
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	36			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Receita financeira		2.097	1.600				
Despesa financeira		(1.074)	(722)				
		1.023	879				
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>2.679</b>	<b>6.887</b>				
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA</b>							
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.679	6.887				
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>2.351</b>	<b>6.178</b>				
IMPOSTO DE RENDA		(890)	(1.945)				
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>		<b>1.461</b>	<b>4.233</b>				
<b>DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:</b>							
Participações	29	(73)	(211)				
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.388</b>	<b>4.022</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.388</b>	<b>4.022</b>				
<b>LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$</b>		<b>0,4256</b>	<b>1,2334</b>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Valores em milhares de reais)  
Legislação Societária**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	RECURSOS P/AUMENTO CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
<b>EM 31 DE DEZEMBRO 2019</b>	<b>23.381</b>	<b>878</b>	<b>1.787</b>	<b>4.220</b>	<b>843</b>	<b>9.552</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40.662</b>
Ajuste VOC/VNR	-	-	-	-	(296)	-	-	-	(296)
Remuneração sobre o capital próprio	-	71	-	-	-	-	-	-	71
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	(700)	-	-	(700)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	4.022	4.022
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(2.147)	(2.147)
Reserva legal	-	-	-	-	201	-	-	(201)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	1.674	-	1.674	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO 2020</b>	<b>23.381</b>	<b>949</b>	<b>1.787</b>	<b>4.220</b>	<b>1.044</b>	<b>10.231</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>41.612</b>
Ajuste VOC/VNR	-	-	-	-	-	(213)	-	-	(213)
Remuneração sobre o capital próprio	-	106	-	-	-	-	-	-	106
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.388	1.388
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(2.101)	(2.101)
Reserva legal	-	-	-	-	69	-	-	(69)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	(783)	-	783	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO 2021</b>	<b>23.381</b>	<b>1.054</b>	<b>1.787</b>	<b>4.220</b>	<b>1.114</b>	<b>9.235</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40.792</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Valores em milhares de reais)**

	Legislação Societária	
	2021	2020
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Receitas de vendas de energia e serviços	126.782	98.191
Outras receitas (despesas) operacionais	65	(185)
	126.847	98.006
<b>(-) INSUMOS</b>		
Custo da energia comprada	(53.867)	(36.652)
Materiais e serviço de terceiros	(7.077)	(7.280)
Outros gastos operacionais	(1.022)	(635)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(61.967)</b>	<b>(44.568)</b>
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>	<b>64.880</b>	<b>53.438</b>
<b>(-) Depreciação e amortização</b>	<b>(2.612)</b>	<b>(2.455)</b>
<b>(=) Valor Adicionado Líquido Gerado</b>	<b>62.268</b>	<b>50.983</b>
Receitas financeiras	2.097	1.600
<b>(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>64.366</b>	<b>52.584</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Empregados e Administração:</b>		
Remunerações	5.766	5.682
Encargos sociais (exceto INSS)	464	438
Auxílio alimentação	1.060	1.015
Convênio assistencial e outros benefícios	874	687
Participação nos resultados	70	211
	<b>8.235</b>	<b>8.033</b>
<b>GOVERNOS</b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	28.584	24.078
PIS/COFINS	5.414	3.493
INSS (sobre folha de pagamento)	1.688	1.596
Imposto de renda e contribuição social	1.219	2.654
Encargos do consumidor	16.703	7.938
Outros impostos, taxas e contribuições	36	24
	<b>53.644</b>	<b>39.783</b>
Juros e variações monetárias	1.074	722
Aluguéis	25	25
<b>Financiadores</b>	<b>1.099,5</b>	<b>747</b>
Dividendos e participações	2.101	2.147
Lucros retidos	(713)	1.875
<b>Acionistas</b>	<b>1.388</b>	<b>4.022</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>64.366</b>	<b>52.584</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

**COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP  
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10**

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2021 E 31.12.2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o **Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL**, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL Nº 049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a microrregião denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a



Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site [www.chesp.com.br](http://www.chesp.com.br) a partir de 29 de abril de 2022.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 04/04/2022.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**b) Consumidores**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, contabilizadas com base no regime de competência e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

**c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota5).

**d) Almojarifado Operacional**

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almojarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

**e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica**

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

**f) Despesas pagas antecipadamente**

Estão representadas por valores relativos prêmio de seguros.

**g) Ativo Imobilizado e Depreciação**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

**h) Redução ao Valor Recuperável**

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**i) Empréstimos e Financiamentos**

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

**j) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

**k) Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

**l) Outros Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

**NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2021	2020
Aplicações no mercado aberto	7.587	11.882
Contas bancárias à vista	1.670	2.306
Numerário em trânsito e caixa	661	603
<b>Total</b>	<b>9.918</b>	<b>14.791</b>

**Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa:** as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

**Aplicações no Mercado Aberto:** estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**NOTA 5 - CONSUMIDORES**

**5.1 - Desempenho operacional**

Em 31 de dezembro 2021 foram totalizadas 38.835 unidades consumidoras faturadas, número 1,7% superior ao de 2020 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	Var. %	2021	2020
Residencial	2,2	30.181	29.541
Industrial	-8,6	64	70
Comercial	2,0	3.362	3.297
Rural	-0,4	4.672	4.692
Demais classes	-3,3	556	575
<b>Total</b>	<b>1,7</b>	<b>38.835</b>	<b>38.175</b>

A CHESP registrou umaumento da ordem de 0,4% em seu mercado consumidor, fornecendo 124.089 MWh de energia elétrica em 2021 (123.559 MWh em 2020). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	Var. %	2021	2020
Residencial	1,5	53.059	52.250
Industrial	-13,2	9.984	11.501
Comercio e serviços	1,0	23.656	23.418
Rural	7,7	22.934	21.287
Poder Público	1,0	4.677	4.627
Iluminação Pública	-6,0	5.007	5.327
Serviço Público	-7,5	4.589	4.962
Consumo próprio	-1,6	183	187
<b>Total - mercado cativo</b>	<b>0,4</b>	<b>124.089</b>	<b>123.559</b>
<b>Clientes livres</b>	<b>11,5</b>	<b>7.656</b>	<b>6.867</b>

**Consumidores - circulante**

Fornecimento	2021	2020
Faturado	7.237	6.609
Não faturado	4.049	2.983
Parcelamentos a receber	1.023	1.312
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(53)	(23)
Serviços cobráveis	25	34
Juros e multas s/faturas a receber	160	144
Outros créditos/débitos	299	192
<b>Total</b>	<b>12.740</b>	<b>11.251</b>

**Consumidores - Contas a receber**

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados			Total	
	Vencidos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2021	2020	
Residencial	493	2.499	(22)	110	(7)	3.073	2.611	
Residencial baixa renda	24	152	-	-	-	176	160	
Industrial	724	401	-	55	-	1.180	1.052	
Comércio e serviços	621	790	-	32	(8)	1.435	1.294	
Rural	143	798	-	15	-	956	784	
Poder público	396	96	-	-	-	492	1.353	
Iluminação pública	128	32	-	252	-	412	491	
Serviço público	358	-	-	-	-	358	209	
<b>Subtotal</b>	<b>2.887</b>	<b>4.768</b>	<b>(22)</b>	<b>464</b>	<b>(15)</b>	<b>8.082</b>	<b>7.954</b>	
Fornecimento não faturado	4.049	-	-	-	-	4.049	2.983	
Serviço taxa do/ diversos	205	457	-	-	-	662	336	
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(28)	(25)	-	-	-	(53)	(22)	
<b>Total</b>	<b>7.113</b>	<b>5.200</b>	<b>(22)</b>	<b>464</b>	<b>(15)</b>	<b>12.740</b>	<b>11.251</b>	

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor classe	A vencer Até 60 dias (Faturado)	Vencidas Até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias	Renegociados	PCLD	Total	
								2021	2020
Residencial	493	2.373	26	28	71	110	(29)	3.072	2.611
Residencial Baixa Renda	24	145	2	2	2	-	-	175	160
Industrial	724	58	-	39	304	55	-	1.180	1.052
Comércio e serviços	621	636	20	12	122	32	(8)	1.435	1.294
Rural	143	726	50	2	20	15	-	956	784
Poder Público Iluminação	396	24	3	4	66	-	-	493	1.353
Pública	128	32	-	-	-	252	-	412	491
Serviço Público	358	-	-	-	-	-	-	358	209
Serviço Taxado /Diversos	205	340	12	20	83	-	-	660	336
Compensação DIC/FIC/DMIC	(28)	(22)	-	-	-	-	-	(50)	(22)
<b>Total</b>	<b>3.064</b>	<b>4.312</b>	<b>113</b>	<b>107</b>	<b>668</b>	<b>464</b>	<b>(37)</b>	<b>8.691</b>	<b>8.268</b>

**(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.



<b>NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS</b>		
Componentes	2021	2020
Encargos de uso da rede elétrica	31	26
Outros créditos - reembolso gastos operacionais	47	45
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>71</b>

<b>NOTA 7 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES</b>		
Componentes	2021	2020
Depósitos judiciais trabalhistas	-	10
Capitalização em custódia contrato ONS - RB	1.277	1.025
<b>Total</b>	<b>1.277</b>	<b>1.035</b>

<b>NOTA 8 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS</b>							
A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:							
Componentes	Saldo 31/12/20	Adição	Amortização	Saldo 31/12/21	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
<b>CVA - Ativa</b>	<b>1.139</b>	<b>22.575</b>	<b>(12.616)</b>	<b>11.098</b>	<b>7.533</b>	<b>3.565</b>	<b>11.098</b>
<b>CVA - Energia</b>	<b>(240)</b>	<b>11.957</b>	<b>(5.470)</b>	<b>6.247</b>	<b>5.506</b>	<b>741</b>	<b>6.247</b>
CVA energia comprada	3.910	6.064	(6.741)	3.233	2.492	741	3.233
(-) CVA diferida COVID - energia	(4.367)	-	1.271	(3.096)	(3.096)	-	(3.096)
Compra de energia em amortização	217	5.893	-	6.110	6.110	-	6.110
CVA - PROINFA	(5)	645	(488)	152	152	-	152
CVA - PROINFA em amortização	(5)	411	(13)	393	393	-	393
CVA - PROINFA	-	234	(475)	(241)	(241)	-	(241)
CVA - Transporte energia rede básica	910	2.264	(3.063)	111	(32)	143	111
CVA - Energia rede básica	1.923	1.438	(1.286)	2.075	2.075	-	2.075
Rede básica em amortização	69	634	(784)	(81)	(81)	-	(81)
CVA Rede básica 2021/22	-	143	-	143	-	143	143
(-) CVA Diferida COVID - rede básica	(1.082)	49	(993)	(2.026)	(2.026)	-	(2.026)
CVA - Transporte energia rede Itaipu	37	1.761	(1.722)	76	66	11	76
CVA - Energia transporte Itaipu	132	100	(158)	74	74	-	74
Transporte Itaipu em amortização	6	55	-	61	61	-	61
CVA Transporte Itaipu 2021/2022	-	1.606	(1.595)	11	-	11	11
(-) CVA Diferida COVID - Transp. Itaipu	(101)	-	31	(70)	(70)	-	(70)
CVA - Encargos serviço de sistema - ESS	-	2.541	-	2.541	-	2.541	2.541
CVA - Encargos serviço de sistema - ESS	-	2.541	-	2.541	-	2.541	2.541
CVA - CDE	453	780	(1.191)	42	(87)	129	42
CVA - CDE uso	1.128	1.131	(857)	1.402	1.402	-	1.402
C D E - em amortização	3	244	(351)	(104)	(104)	-	(104)
CVA CDE COVID 2021/22	-	129	-	129	-	129	129
(-) CVA Diferida COVID - CDE	(678)	(724)	17	(1.385)	(1.385)	-	(1.385)
Outros - descTusd livre e financeiros	(16)	2.627	(682)	1.929	1.929	-	1.929
Neutralidade parcela A	(466)	(662)	1.067	(61)	(61)	-	(61)
Desccons livres, financ Pis/Cofins e bandeira escassez hidrica	450	1.560	(20)	1.990	1.990	-	1.990
Demais Ativos Financeiros Setoriais	433	4.531	(4.550)	414	-	414	414 (-) CVA
CDE descontos tarifários	326	3.824	(3.870)	280	-	280	280
Diferença mensal de receita Baixa Renda	107	707	(680)	134	-	134	134
(-) CVA Diferida COVID - CDE	(678)	(724)	17	(1.385)	(1.385)	-	(1.385)
<b>Total</b>	<b>1.572</b>	<b>27.106</b>	<b>(17.166)</b>	<b>11.512</b>	<b>7.533</b>	<b>3.979</b>	<b>11.512</b>

Conta-Covid, a Companhia recebeu nos meses de julho a dezembro de 2020 o montante de R\$ 5,58 milhões referente a Conta-Covid, correspondente a antecipação dos componentes financeiros relativos a CVA em constituição e Neutralidade de Encargos Setoriais. O referido montante foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários. Os montantes recebidos da Conta-Covid estão sendo atualizados pela taxa Selic. Na revisão tarifária de 2021, foi considerado como componente financeiro negativo a primeira parcela como reversão Conta-Covid R\$-509 mil, contribuindo assim para um reajuste tarifário menor em -0,73%.

<b>NOTA 9 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS</b>				
Tributos	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para ativo fixo a recuperar em até 48 parcelas	671	898	458	555
ICMS s/Demanda e Baixa renda a recuperar	449	-	448	-
Imposto de renda e contribuição social	232	-	68	-
<b>Total</b>	<b>1.352</b>	<b>898</b>	<b>974</b>	<b>555</b>

<b>NOTA 10 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS</b>					
	Amortização	2021		2020	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura Municipal de Carmo Rio Verde - Parcelamento/16	12/16 a 03/21	-	-	420	-
Prefeitura Municipal de Rialma - Parcelamento 2016	12/16 a 11/21	-	-	181	-
Prefeitura Municipal de Nova Glória reparcelamento 2020	02/20 a 05/22	89	-	317	83
Parcelamentos Prefeitura de Carmo do Rio Verde					
Processo 53591751620218090028	11/21 a 10/25	203	574	-	-
<b>Total</b>		<b>292</b>	<b>574</b>	<b>918</b>	<b>83</b>

**Prefeitura de Carmo Rio Verde - Parcelamento 2016**  
- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de abril de 2016 e janeiro de 2017;  
**Prefeitura de Rialma - Parcelamento 2016**  
- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do Processo 201602998293, comarca de Rialma-GO, corresponde a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de maio de 2015 a julho de 2016;  
**Prefeitura de Nova Glória**  
- Reparcelamento autorizado pela Lei municipal nº 812 de 18 de fevereiro de 2020, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

<b>NOTA 11- PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES</b>						<b>NOTA 13 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES</b>		
Parcelamento processo	2021			2020		2021		2020
	Amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
201502005918	07/18 a 10/23	344	258	252	350	80	-	87
Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia.						Partes relacionadas	-	26
						Fornecedores Proinfa/adiantamento	149	97
						Prefeituras Municipais	24	30
						Fatura aluguel de postes	947	357
						Alienação/Desativação em curso	(43)	-
						Ativos e passivos regulatórios	234	-
						Créditos vendas de veículos	273	-
						Outros	25	58
						<b>Total</b>	<b>1.689</b>	<b>655</b>

<b>NOTA 12 – SERVIÇOS EM CURSO</b>				<b>NOTA 14 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>				
Componentes	2021		2020	Despesas	2021		2020	
	- Serviço Próprio	2.535	2.341		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ODS Serviço Próprio	709	69		Prêmios e Seguros	120	-	96	-
ODS Aplicação de Recursos Plano				Fornecedores	1	-	1	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	1.826	2.272		<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>-</b>	<b>97</b>	<b>-</b>
ODS - Serviço Terceiros	3	1						
<b>- Total</b>	<b>2.538</b>	<b>2.342</b>						

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbi

**NOTA 16 - ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO**  
Ativos Financeiros da concessão



Os ativos financeiros indenizáveis referem-se à parcela não amortizada, até o final de concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos, não amortizados, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Componente	2021	2020
Ativo Financeiro 12.109 5.908		
Ativo Intangível 31.346 30.974		
<b>Total</b>	<b>43.455</b>	<b>36.882</b>

**Ativos Intangíveis**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Direito de concessão (infraestrutura)		2021	2020
Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço 70.093	(38.748)	31.345	30.974
Em curso 12.109	-	12.109	5.908
<b>Total do intangível</b>	<b>(38.748)</b>	<b>43.455</b>	<b>36.882</b>

**Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)**

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

**NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

CREDORES	Operação	Juros% aa/am	Encargos de dividas	2021		Encargos de dividas	2020	
				Principal			Principal	
				Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
ITAÚ CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064		4,799aa	-	1.030	8.970			
BBD/FINAME TRAF0 25MVA Contr: 6026904		4,5aa	3	167	265	5	167	432
BBD/FINAMEReligadorAutomatContr: 6039826		4,42aa	1	52	74	1	52	126
BBD/FINANC TRAF0 FORÇA 10 MVA Contr. 6060995		6,15aa	2	66	149	2	66	215
BBD/CCB RELIGADOR AUT TRIF: Contr.6070707		5,15aa	1	34	118	2	31	154
CCB-BBD Financ.CamVW 17230-Contr:2909477187		11,17aa	-	55	143	-	55	198
BBD/FINAME REGULADOR TENSÃO Contr: 6055798		11,42aa	1	30	61	1	30	91
Eletróbrás-Contr.ECF0321/2011		5,0aa	-	24	23	-	24	47
Eletróbrás-Contr.ECF262/2009		5,0 aa	-	-	-	-	25	-
CCB-BBD Financ.Fiat TORO-Contr:3608667560		12,55aa	-	46	4	-	-	-
BBD - Contr.6094498-Religador Automático Trifásico		8,97aa	1	50	223	-	-	-
BBD - Contr.6094501-Regulador Tensão Aut Monof		8,97aa	-	28	124	-	13	-
BB-GIRO/EMPRESA-Contrato 045809454- Veículo Amarok		11,4aa	-	-	-	-	30	-
Financiamento Cartão BNDES		12,6aa	-	53	-	1	60	40
Banco VW Contr.39989811 AMAROK		16,49aa	-	-	-	-	8	-
<b>Total</b>			<b>9</b>	<b>1.635</b>	<b>10.154</b>	<b>12</b>	<b>561</b>	<b>1.303</b>

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Obrigações especiais	2021	2020
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	9.663	9.319
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.438
Outras ajuste contabilidade Soc/Reg	511	511
(-) Participações e Doações - Reintegração Acumulada	(7.150)	(7.857)
<b>TOTAL</b>	<b>7.533</b>	<b>6.482</b>

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

**NOTA 17 – FORNECEDORES**

Fornecedores	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	5.237	-	3.813	-
Encargos de uso da rede elétrica	657	-	698	-
Materiais e serviços	827	-	1.373	-
<b>Total</b>	<b>6.721</b>	<b>-</b>	<b>5.884</b>	<b>-</b>

**NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Componentes	2021	2020
Folha de pagamento líquida	297	327
Tributos retidos na fonte	135	129
Participações nos lucros e resultados	146	423
Outras	3	3
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>882</b>

**Obrigações estimadas com pessoal**

Componentes	2021	2020
Provisão de férias e encargos sociais	597	608
<b>-Total</b>	<b>597</b>	<b>608</b>

**NOTA 19 – TRIBUTOS**

Impostos e Contribuições	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.519	-	1.353	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	241	-	344	-
INSS	177	-	171	-
PIS/COFINS	457	-	407	-
Outros	102	-	98	-
<b>Total</b>	<b>2.496</b>	<b>-</b>	<b>2.373</b>	<b>-</b>

Componente	2.438	2.146	1.777	1.572	1.384	837	10.154
Valor da amortização anual	2.438	2.146	1.777	1.572	1.384	837	10.154
<b>INDEXADOR</b>			<b>TJLP</b>		<b>RGR</b>	<b>Outros</b>	<b>T O T A L</b>
%			94,3		0,4	5,3	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
ITAU CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064	Linhas e Redes - Subestação	4,79%aa	TJLP	07/2022 a 07/2028	10.000
BBD/FINAME-Contr:6026904 Trafo 25MVA	Linhas e Redes - Subestação	4,5%aa	TJLP	02/2019 a 07/2024	432
Bradesco-Contr. 6070707	Transformador de Força 10 MVA	6,15%aa	TJLP	11/2020 a 04/2025	151
Bradesco-Contr. 2909477187	Caminhão VW 17230	11,27aa	Outros	08/2020 a 07/2025	198
Bradesco-Contr. 6060995	Trafo de Força de 10MVA/SE	5,15%aa	TJLP	02/2021 a 07/2026	215
Bradesco-Contr. 6039826	Religador Automático/SE	4,42%aa	TJLP	04/2020 a 06/2024	126
Bradesco-Contr. 6055798	Regulador de Tensão/SE	11,42%aa	TJLP	04/2017 a 01/2025	91
Eletrobrás-ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	47

**Mutações de Empréstimos e Financiamentos**

	Circulante	Não circulante
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>661</b>	<b>927</b>
Ingressos/Capitalizações	217	805
Amortização	(754)	-
Transferências	437	(429)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>561</b>	<b>1.303</b>
Ingressos/Capitalizações	138	10.415
Amortização	(631)	-
Transferências	1.567	(1.564)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.635</b>	<b>10.154</b>

Ingressos/Capitalizações: referem-se a financiamento de máquinas e equipamentos para construção da LD Rialma Itapaci, ampliação da SE Rialmae veículos adquiridos em 2021(R\$ mil 10.553)

**NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS**

Encargos	2021	2020
<b>Taxa de Fiscalização</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>	<b>244</b>	<b>795</b>
FNDCT	24	21
MME	12	11
Recursos a aplicar	208	763
<b>Programa de Eficiência Energética</b>	<b>2.192</b>	<b>1.928</b>
PROCEL	124	55
Recursos a aplicar	2.067	1.873
<b>Bandeira Tarifária</b>	<b>9.484</b>	<b>416</b>
<b>Total</b>	<b>11.929</b>	<b>3.148</b>

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008. Está registrado em 31/12/21 como serviço em curso o valor de R\$ 1.826 mil referente a aplicação de recursos de PEE e P&D cujas ordens em curso ainda não foram encerradas.

**NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS**

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/20	Adição	Amortização	Saldo 31/12/21	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
<b>CVA - Passiva</b>	<b>860</b>	<b>5.417</b>	<b>(6.428)</b>	<b>(151)</b>	<b>(1.521)</b>	<b>1.370</b>	<b>(151)</b>
<b>CVA energia</b>	-	<b>1.292</b>	-	<b>1.292</b>	-	<b>1.292</b>	<b>1.292</b>
CVA energia 2021/22	-	1.292	-	1.292	-	1.292	1.292
<b>CVA - PROINFA</b>	<b>73</b>	-	<b>(330)</b>	<b>(258)</b>	<b>(262)</b>	<b>4</b>	<b>(258)</b>
CVA - Proinfa constituição	129	-	(125)	4	-	4	4
(-) CVA Diferida COVID - PROINFA	(56)	-	(206)	(262)	-	-	(262)
<b>Encargos Serviços de Sistema - ESS</b>	<b>355</b>	<b>4.051</b>	<b>(5.665)</b>	<b>(1.259)</b>	<b>(1.259)</b>	-	<b>(1.259)</b>
ESS/EER	1.422	3.249	(3.387)	1.284	1.284	-	1.284
ESS EER em amortização	96	744	(2.157)	(1.317)	(1.317)	-	(1.317)
(-) CVA Diferida COVID - ESS / EER	(1.163)	58	(121)	(1.226)	(1.226)	-	(1.226)
<b>CVA - CDE</b>	<b>432</b>	<b>74</b>	<b>(432)</b>	<b>74</b>	-	<b>74</b>	<b>74</b>
CDE Energia/CVA ACR	432	-	(432)	-	-	-	-
CDE Uso 2021/2022	-	74	-	74	-	74	74
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>5.055</b>	<b>4.199</b>	<b>(1.118)</b>	<b>8.136</b>	<b>6.550</b>	<b>1.586</b>	<b>8.136</b>
Bandeira tarifária	1.504	-	-	1.504	-	1.504	1.504
Neutralidade encargos setoriais 2021/22	36	817	(771)	82	-	82	82
Tributos compensado 2020/21	3.512	3.382	(347)	6.547	6.547	-	6.547
Outros Financeiros RTA/2019	3	-	-	3	3	-	3
<b>Total</b>	<b>5.914</b>	<b>9.616</b>	<b>(7.546)</b>	<b>7.985</b>	<b>5.029</b>	<b>2.956</b>	<b>7.985</b>

**NOTA 23 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS**

**Fiscais: PIS/COFINS** - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia. Créditos de processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANÁPOLIS/GO, **Crédito Habilitado nos termos do Despacho Decisório acima mencionado**, do valor homologado pela Receita Federal de R\$ 6,744 milhões, foi considerado como componente negativo nos financeiros da revisão tarifária de 2021 o valor de R\$ -4,165 milhões, contribuindo assim para um reajuste menor de -5,94%;

**NOTA 24 - INCENTIVOS FISCAIS**

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2021	2020
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
<b>Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro</b>	<b>118</b>	<b>118</b>

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

**NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Capital Social	2021			2020		
	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.260.982	7,17	23.381
<b>Total</b>	<b>3.260.982</b>	-	<b>23.381</b>	<b>3.260.982</b>	-	<b>23.381</b>

Em 31 de dezembro de 2021 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) é de R\$12,51(2020- R\$ 12,76).

Reservas de Capital	2021	2020
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	1.054	949
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
<b>Total</b>	<b>7.062</b>	<b>6.956</b>

Reservas de Lucros	2021	2020
Reserva legal	1.114	1.044
Reserva para investimentos	10.530	11.313
Outros resultados abrangentes	(1.295)	(1.082)
<b>Total</b>	<b>10.349</b>	<b>11.275</b>

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil783 da conta de Reserva para investimentos para a conta Lucros acumulados.

**NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS**

Serviços	2021		2020	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	112	1.603	83	1.540
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	62	1.034	85	952
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	1	133	8	103
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	3	159	10	167
<b>TOTAL</b>	<b>178</b>	<b>2.929</b>	<b>186</b>	<b>2.762</b>

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar a empresa Engenharia São Patrício Ltda - ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de



distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão - AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de arvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais de limpeza e conservação em prédios e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 831 de 25 de março de 2021, assim registrados:  
Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESE em 31 de dezembro de 2021. Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

Componentes	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.388	4.022
(-) Constituição de reserva legal	(69)	(201)
Lucro líquido ajustado	1.319	3.821
Dividendos propostos	(329)	955
(-) Dividendos intermediários	(2.101)	(2.147)

**NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2021, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

**NOTA 27 - DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

**NOTA 29 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$73 mil para empregados a título de Participação nos Lucros - PL e R\$ 73 mil para diretores (PL-2020 - R\$211mil e R\$ 211mil respectivamente).

**NOTA 30 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

FORNECIMENTO FATURADO	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	30.181	29.541	53.059	52.250	50.992	43.183
Industrial	64	70	9.984	11.501	9.551	8.442
Comércio e serviços	3.362	3.297	23.656	23.418	22.350	18.840
Rural	4.672	4.692	22.934	21.287	14.657	10.532
Poder Público	469	468	4.677	4.627	4.367	3.616
Iluminação Pública	10	31	5.007	5.327	2.910	2.456
Serviço Público	66	65	4.589	4.962	3.517	2.924
Consumo Próprio	11	11	183	187	-	-
(=) Fornecimento faturado	38.835	38.175	124.089	123.559	108.344	89.993
Fornecimento Não Faturado					1.066	(756)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>38.835</b>	<b>38.175</b>	<b>124.089</b>	<b>123.559</b>	<b>109.410</b>	<b>89.237</b>
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária - aportes CDE					3.824	3.541
Subsídio Baixa Renda					708	814
Encargos de conexão de agentes de geração					329	315
Renda da prestação de serviço					270	379
Serviço taxado					180	150
Arrendamento e aluguéis					1.130	750
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios					10.294	2.778
Fornecimento diferimento ou devoluções					(353)	(260)
Outras receitas					990	486
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>17.372</b>	<b>8.953</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>126.782</b>	<b>98.191</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(28.584)	(24.078)
PIS					(966)	(623)
COFINS					(4.448)	(2.870)
ISS					(36)	(24)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(7.245)	(6.718)
Programa de P&D e eficiência energética					(698)	(575)
Bandeira tarifária					(8.652)	(542)
Taxa de fiscalização					(108)	(102)
<b>Total deduções da receita operacional</b>					<b>(50.738)</b>	<b>(35.532)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>76.044</b>	<b>62.658</b>

\*crescimento de mercado de 0,4% no ano

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

**NOTA 31 – ENCARGOS SETORIAIS**

Componentes	2021	2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.245	6.718
Taxa de fiscalização - ANEEL	108	102
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	703	575
Proinfa	1.164	907
Bandeira tarifária	8.652	542
<b>Total</b>	<b>17.872</b>	<b>8.844</b>

**NOTA 33 – OUTRAS DESPESAS**

Componentes	2021	2020
Arrendamento e aluguéis	25	25
Seguros	110	95
Tributos	305	179
(-) Recuperação de despesa	(236)	(275)
Taxa arrecadação	282	248
Taxas bancárias	33	32
Tarifas CCEE	13	15
Transgressões DIC/FIC/DMIC	143	109
Mensalidades associativas	16	18
Custeio conselho de consumidores	21	19
Consumo próprio energia elétrica	183	161
Indenizações por perdas e danos	44	18
Outras	34	31
<b>Total</b>	<b>973</b>	<b>675</b>

**NOTA 32 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA**

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MWh		Reais mil	
	2021	2020	2021	2020
CELG Distribuição S/A CUSD/TUSD	-	-	-	2
COPEL Geração e Transmissão S/A	70.632	71.899	11.761	11.455
Cotas de Garantias Físicas / Recon-				
tabilização	35.084	33.848	13.962	6.857
Eletrobrás - Cotas demanda Itaipu	26.109	25.312	9.111	8.634
Eletronuclear - Cotas de energia				
nuclear - Angra	4.976	4.732	1.145	1.314
Programa de Incentivo às Fontes				
Alternativas de Energia Elétrica -				
PROINFA	3.026	2.921	1.164	907
CCEAR-C	239	202	35	43
Encargos de conexão, transmissão				
e distribuição	-	-	14.341	6.323
Energia microgeração	-	-	2.348	1.117
<b>Total</b>	<b>140.066</b>	<b>138.914</b>	<b>53.867</b>	<b>36.652</b>

**NOTA 34 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

Componentes	2021	2020
Ganhos na alienação de bens e direitos	284	47
Perdas na desativação de bens e direitos	(219)	(232)
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>(185)</b>

**NOTA 35 – RECEITA/DESPESA DE CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CONCESSÃO**

Componentes	2021	2020
Receita de construção da infraestrutura da concessão	4.690	5.244
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	(4.690)	(5.244)
Refere-se a receitas e custos com construção da infraestrutura adicionada ao ativo imobilizado em serviço em 2021 e 2020.		



**NOTA 36 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS**

Receitas Financeiras	2021	2020
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.286	1.175
Renda de aplicação financeira	510	162
Juros de parcelamentos	70	93
Atualização de ativos regulatórios	179	2
Varição monetária energia Itaipu	141	186
Outras receitas financeiras	13	60
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(102)	(78)
<b>Total</b>	<b>2.097</b>	<b>1.600</b>
Despesas Financeiras	2021	2020
Varição monetária energia Itaipu	268	370
Encargos carta de fiança	61	35
Encargos das dívidas de curto prazo - juros/ioc/iof	223	1
Encargos das dívidas de curto prazo - empréstimos e financiamentos	477	179
Multas sobre impostos e contribuições sociais	5	63
Varição monetária de passivos regulatórios	26	16
Outras despesas financeiras	14	58
<b>Total</b>	<b>1.074</b>	<b>722</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>1.023</b>	<b>820</b>

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

**NOTA 37 - SEGUROS**

A Companhia mantém cobertura de 2 relogadores e da frota de veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e ou materiais incorridos;

Seguradora Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
BB Seguros Proposta: 12172000048552009	28/12/21 a 28/12/22	Tabela FIPE	127
Bradesco Seguros Proposta: 28975843	13/10/22 a 13/10/22	166	8

**NOTA 38 - ASPECTOS REGULATÓRIOS**

**I) Revisão Tarifária Periódica - RTP - 2021**

No mês de novembro, ocorreu a revisão tarifária do quinto ciclo da CHESP, onde, por meio da Resolução Homologatória nº 2.970, de 16 de novembro de 2021, a ANEEL reajustou as tarifas da Companhia, em média, em 8,49% (oito vírgula quarenta e nove por cento), para o período de 22 de novembro de 2021 a 21 de novembro de 2022.

O índice do reajuste é composto pelos seguintes itens:

Encargos setoriais	3,43%
Custo de transmissão	(0,39%)
Custo de aquisição de energia	0,45%
Receitas irrecuperáveis	0,01%
Parcela B	0,09%
Sub-total	3,59%
Efeito dos componentes financeiros do processo atual	2,16%
Efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	2,74%
Efeito para o consumidor	8,49%

**Componentes dos financeiros do processo atual (Valores em reais)**

Efeitos dos componentes financeiros do Processo Atual	1.516.014	2,16%
CVA em processamento - Energia	7.973.652	11,36%
CVA em processamento - Transporte	1.030.094	1,47%
CVA em processamento - Encargos Setoriais	2.884.024	4,11%
Saldo a compensar CVA - Ano Anterior + Ajustes	(80.967)	-0,12%
Neutralidade de Parcela A	(103.613)	-0,15%
Sobre contratação/Exposição de Energia	(139.477)	-0,20%
Previsão de Risco Hidrológico	2.607.517	3,72%
Calculo Extraordinário de Neutralidade/Postergação da data de Aniversário	(2.549.656)	-3,63%
Reversão do Risco Hidrológico	(2.555.946)	-3,64%
Reversão Conta Covid	(509.069)	-0,73%
Conselho de Consumidores	(325.483)	-0,46%
Diferimento Associado a Recuperação do PIS/COFINS Financeiro de bandeira escassez hídrica	(4.165.305)	-5,94%
	(2.549.656)	-3,63%

**II) Eventos Significativos**

Contribuíram para um reajuste menor na revisão tarifária de 2021, os componentes financeiros negativos abaixo:

- a) Diferimento associado à recuperação de PIS/COFINS = (5,94%)
- b) Financeiro de bandeira escassez hídrica = (3,63%)

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração Regulatória, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a quota de depreciação, que fazem parte da parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.970 de 16 de novembro de 2021. O resultado definitivo da terceira revisão tarifária periódica fixa em média o posicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 8,49% (oito vírgula quarenta e nove por cento).

**Resumo da Base de Remuneração Regulatória**

1. Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	133.254
2. Índice de aproveitamento integral	510
3. Obrigações Especiais bruta	34.349
4. Bens Totalmente Depreciados	18.292
<b>5. Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>80.103</b>
6. Depreciação Acumulada	68.834
7. AIS Líquido (valor de mercado em uso)	64.420
8. Índice de aproveitamento depreciado	415
9. Valor da Base de Remuneração (VBR)	64.005
10. Almoxarifado em Operação	320
11. Obrigações Especiais Líquida	20.988
12. Terrenos e Serviços	133
<b>13. Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)-(11)+(12)</b>	<b>43.469</b>
14. Taxa de Depreciação média - a.a	3,73%
15. Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (14)	2.988

A base de remuneração aprovada no quarto ciclo de revisão tarifária (4CRTP) deve ser "blindada". Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária; conforme Nota Técnica nº 264/2021-SGT-ANEEL de 11/11/2021.

**Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI**

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Reais Mil
<b>(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)</b>	<b>16.931</b>
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	7.619
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	2.032
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	7.280
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	796
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	398
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.761
<b>(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)</b>	<b>2.955</b>

**NOTA 39 - BAIXA RENDA**

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita												2021	2020	
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Reais	55	54	55	58	56	57	56	58	62	63	65	69	708	814

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 se apresenta no valor de R\$ 134 (2020 - R\$ 106).

**NOTA 40 - OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS**

**I) Universalização**

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 38.835 unidades consumidoras, sendo 30.181 da classe residencial, 4.672 da classe rural, 3.362 da classe comercial e 620 das demais classes

**II) Programa PROINFA**

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição - TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

**III) Bônus redução voluntária**

Por meio da Resolução nº 2 de 31/08/2021, foi instituído o Programa de Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para as unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional. A CHESP efetuou o cálculo deste bônus em 31/12/21, e apurou o montante de R\$ mil 1.049 que foi pago nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. No total de 10.468 consumidores obtiveram direito ao recebimento do bônus.

**IV) Bandeiras Tarifárias**

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PROROT. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou a ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/21, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda. A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

No exercício de 2021 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 8,652 milhões (bandeira normal R\$ 3,187 milhões, e de bandeira escassez R\$ 5,465 milhões) de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 444 mil foram repassados pela CCEE para a CHESP visando cobertura de risco hidrológico, R\$ 3,485 milhões foram considerados na revisão tarifária de 2021 como **Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVA energia**, e R\$ 5,611 milhões continuam em aberto registrado no passivo como - encargos setoriais (nota 21);

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2021

**COMPANHIA HIDROELÉTRICASÃO PATRÍCIO - CHESP**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Maria Cristina de Pina Martin</b> Presidente	<b>Patricia de Pina Martin</b> Conselheira
<b>Raullin Gonçalves de Souza</b> Conselheiro	<b>Antonio Luiz de Pina Neto</b> Conselheiro
<b>Rodolfo de Podestá Martin</b> Conselheiro	
<b>DIRETORIA</b>	
<b>Ricardo de Pina Martin</b> Diretor Presidente	<b>Carolina de Podestá Martin Santana</b> Diretora Administrativo-Financeira
<b>Raullin Gonçalves de Souza</b> Diretor Técnico-Comercial	
<b>Vanderlei da Costa</b> Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2 CPF 167.147.171-72	

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**AAos acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP**

**Ceres - GO**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 13 de abril de 2022.



**Antônio César da Silva**  
Contador - Mestre em Controladoria  
CRC-RS 043890-O-9  
CVM AD 17.595 - Registro 12840  
www.acscontab.com.br

Protocolo 297758